



# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS.....</b>	<b>23</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>1. ACIDENTES DO TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>29</b>
1.1. Importância do problema.....	29
1.2. Os números dos acidentes.....	32
1.3. Histórico das leis acidentárias.....	38
<b>2. ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE ACIDENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>43</b>
2.1. Necessidade do enquadramento legal.....	43
2.2. Espécies legais de acidentes do trabalho .....	45
2.3. Acidente típico .....	46
2.4. Doenças ocupacionais.....	52
2.5. Nova Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).....	59
2.6. Concausas .....	60
2.7. Acidente de trajeto .....	63
2.8. Outras hipóteses .....	66
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>69</b>
3.1. Comunicação do Acidente do Trabalho — CAT .....	69
3.2. Enquadramento técnico do acidente pelo INSS.....	75
3.3. Recurso administrativo contra o enquadramento .....	77
3.4. Ação judicial contra o enquadramento .....	80
<b>4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>89</b>
4.1. Direitos acidentários e reparações civis.....	89
4.2. Noção sobre responsabilidade civil.....	90
4.3. Evolução da responsabilidade civil por acidente do trabalho .....	92

4.4.	Cumulação com os benefícios acidentários .....	97
4.5.	Espécies de responsabilidade civil.....	107
4.6.	Responsabilidade civil subjetiva .....	109
4.7.	Responsabilidade civil objetiva.....	110
4.8.	Responsabilidade civil por atos dos empregados ou prepostos.....	110
4.9.	Responsabilidade civil nas terceirizações.....	119
<b>5</b>	<b>ACIDENTE DO TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA ...</b>	<b>129</b>
5.1.	Desenvolvimento da teoria do risco .....	129
5.2.	Abrangência da responsabilidade civil objetiva .....	132
5.3.	A teoria do risco acolhida no novo Código Civil.....	138
5.4.	É aplicável a inovação do Código Civil no acidente do trabalho? .....	140
5.5.	Extensão da responsabilidade objetiva do novo Código Civil .....	151
5.6.	A mensuração do risco pelo Fator Acidentário de Prevenção .....	162
5.7.	O seguro acidentário e a indenização pela teoria do risco.....	166
5.8.	As atividades consideradas de risco pela jurisprudência trabalhista.....	169
5.9.	Perspectivas da responsabilidade civil por acidente do trabalho .....	175
<b>6</b>	<b>NEXO CAUSAL NO ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>187</b>
6.1.	Causalidade como pressuposto da indenização .....	187
6.2.	Enfoque acidentário e da responsabilidade civil .....	191
6.3.	Nexo nos acidentes e nas doenças ocupacionais .....	198
6.4.	Nexo concausal .....	203
6.4.1.	Conceito e abrangência.....	203
6.4.2.	A concausa nos acidentes do trabalho .....	205
6.4.3.	Gradação da concausa.....	207
6.4.4.	Repercussão jurídica do grau da concausa.....	210
6.5.	Excludentes do nexo causal.....	218
6.6.	Culpa exclusiva da vítima.....	219
6.7.	Caso fortuito ou de força maior.....	223
6.8.	Fato de terceiro .....	232
6.9.	Adoecimentos não ocupacionais.....	242
<b>7</b>	<b>CULPA DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>245</b>
7.1.	A culpa como pressuposto da indenização .....	245
7.2.	Distinção entre dolo e culpa.....	246
7.3.	Abrangência do conceito de culpa .....	246
7.4.	Culpa contra a legalidade .....	249
7.5.	Culpa por violação do dever geral de cautela .....	271

7.6.	Gráus de culpa: grave, leve e levíssima .....	276
7.7.	Culpa exclusiva da vítima.....	280
7.8.	Culpa concorrente da vítima.....	280
7.9.	Presunção de culpa do empregador .....	292
<b>8</b>	<b>DANOS DECORRENTES DO ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>303</b>
8.1.	O dano como pressuposto da indenização.....	303
8.2.	Quando o acidente provoca danos.....	305
8.3.	Dano material .....	306
8.3.1.	Abrangência.....	306
8.3.2.	Dano emergente .....	307
8.3.3.	Lucro cessante .....	308
8.4.	Dano moral .....	310
8.4.1.	Evolução e abrangência.....	310
8.4.2.	Fundamentos constitucionais do dano moral.....	314
8.4.3.	Cumulação com o dano material.....	317
8.4.4.	Finalidade da indenização por dano moral.....	318
8.4.5.	Cabimento do dano moral no acidente do trabalho .....	321
8.4.6.	Prova do dano moral.....	322
8.4.7.	Crítérios para arbitramento da indenização .....	326
8.4.8.	Controle do montante indenizatório pelo TST .....	331
8.4.9.	Dano moral na responsabilidade objetiva .....	333
8.5.	Dano extrapatrimonial trabalhista.....	335
8.5.1.	Alterações da reforma trabalhista de 2017 .....	335
8.5.2.	A inovação terminológica do dano extrapatrimonial.....	337
8.5.3.	A pretensão de limitar o dano moral trabalhista.....	340
8.5.4.	Conceito e extensão do dano extrapatrimonial .....	342
8.5.5.	Bens jurídicos tutelados da pessoa física ou jurídica.....	344
8.5.6.	Legitimados à reparação do dano extrapatrimonial .....	346
8.5.7.	Responsáveis pelo dano extrapatrimonial.....	350
8.5.8.	Cumulação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	354
8.5.9.	Crítérios para fixação do montante indenizatório .....	355
8.5.10.	O tabelamento do dano extrapatrimonial trabalhista.....	357
8.5.11.	O dano extrapatrimonial coletivo.....	363
8.5.12.	Vigência e aplicação das inovações da Lei n. 13.467/2017 .....	364
8.6.	Dano estético.....	367
8.6.1.	Conceito e abrangência.....	367
8.6.2.	Cumulação com o dano moral.....	368
8.7.	Dano existencial.....	372
8.7.1.	Introdução na legislação trabalhista.....	372
8.7.2.	Histórico.....	373

8.7.3.	Conceito e abrangência.....	377
8.7.4.	Dano moral e dano existencial: similitudes e diferenças.....	379
8.7.5.	Dano existencial trabalhista .....	382
8.8.	Perda de uma chance .....	389
8.9.	Outros danos indenizáveis e críticas à proliferação de novos danos.....	397
8.10.	Do risco ergonômico para o risco econômico.....	400
<b>9</b>	<b>INDENIZAÇÕES NOS ACIDENTES DO TRABALHO COM ÓBITO .....</b>	<b>403</b>
9.1.	Considerações iniciais.....	403
9.2.	Apuração e reparação dos danos .....	404
9.2.1.	Danos emergentes.....	404
9.2.2.	Lucros cessantes ou pensão .....	405
9.2.3.	Danos morais ou extrapatrimoniais.....	407
9.2.4.	Deduções cabíveis.....	410
9.3.	Natureza jurídica da pensão.....	419
9.4.	Beneficiários da pensão .....	424
9.4.1.	Titulares do direito ao pensionamento .....	424
9.4.2.	Pensionamento do cônjuge ou companheiro.....	426
9.4.3.	Pensionamento dos filhos .....	430
9.4.4.	Pensionamento dos pais.....	432
9.4.5.	Pensionamento de outros beneficiários .....	435
9.5.	Base de cálculo da pensão .....	436
9.6.	Constituição de capital para garantia do pensionamento .....	442
9.7.	Termo final da pensão.....	449
9.8.	Direito de acrescer dos beneficiários remanescentes.....	459
9.9.	Legitimidade para postular a indenização por dano moral ou extrapatrimonial .....	464
9.9.1.	Transmissibilidade do dano moral .....	465
9.9.2.	Titulares do direito à indenização por dano moral.....	483
9.9.3.	Arbitramento da indenização quando há vários lesados.....	494
<b>10</b>	<b>INDENIZAÇÕES NOS ACIDENTES DO TRABALHO SEM ÓBITO .....</b>	<b>499</b>
10.1.	Danos quando a vítima sobrevive ao acidente .....	499
10.2.	Prova pericial para mensuração dos danos.....	500
10.3.	Indenizações no caso de incapacidade permanente .....	517
10.4.	Indenizações no caso de redução da capacidade.....	528
10.5.	Deduções cabíveis.....	537
10.6.	Possibilidade de revisão do pensionamento .....	537
10.7.	Opção do acidentado pelo pagamento integral.....	539

10.8. Indenizações no caso de incapacidade temporária.....	549
10.9. Indenizações no caso de acidente sem afastamento .....	551
<b>11 PRESCRIÇÃO .....</b>	<b>553</b>
11.1. Considerações iniciais.....	553
11.2. Prazo prescricional: civil ou trabalhista? .....	554
11.3. Regras de transição para aplicação da prescrição civil .....	562
11.4. Prescrição nas ações ajuizadas antes da EC n. 45/2004.....	566
11.5. Prescrição nas ações ajuizadas após a EC n. 45/2004 .....	572
11.6. Início da fluência do prazo prescricional .....	578
11.7. Prescrição parcial na pensão indenizatória.....	585
11.8. Prescrição nas ações ajuizadas por domésticos.....	591
11.9. Prescrição nas ações ajuizadas por reclamantes menores .....	593
11.10. Prescrição nas ações por danos em Ricochete.....	600
11.11. Prescrição nas ações do trabalhador não empregado.....	603
11.12. Pronunciamento de ofício da prescrição .....	606
11.13. Impedimento e suspensão da prescrição no período da Covid-19.....	614
<b>12 AÇÃO REVISIONAL NAS INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>619</b>
12.1. Considerações iniciais.....	619
12.2. Cabimento da ação revisional.....	620
12.3. Competência para julgamento.....	626
12.4. Limites e efeitos da ação revisional .....	626
12.5. Alteração ocorrida antes do trânsito em julgado .....	631
12.6. Questões controvertidas sobre o cabimento da ação revisional.....	633
12.7. Alteração ocorrida após a indenização paga de uma só vez.....	633
12.8. Alteração ocorrida após a celebração de acordo .....	636
12.9. Morte do acidentado .....	637
<b>13 CONTROVÉRSIAS SOBRE A COMPETÊNCIA.....</b>	<b>639</b>
13.1. Histórico das controvérsias sobre a competência .....	639
13.2. Consolidação da competência da Justiça do Trabalho .....	646
13.3. Processos em andamento na Justiça Comum .....	651
13.4. Ação ajuizada por pessoa diversa do acidentado .....	654
13.5. Ação do acidentado sem vínculo de emprego .....	658
13.6. Ação rescisória de julgado da Justiça Comum .....	662
13.7. Ação revisional do pensionamento .....	664

13.8.	Ação ajuizada pelo acidentado em face do INSS.....	666
13.9.	Ação ajuizada em face do terceiro causador do acidente.....	669
13.10.	Flexibilização da competência para o domicílio da vítima.....	673
<b>14</b>	<b>ACIDENTE SOFRIDO POR TRABALHADOR DOMÉSTICO OU NÃO EMPREGADO .....</b>	<b>683</b>
14.1.	Considerações iniciais.....	683
14.2.	Acidente do trabalho e acidente no trabalho.....	683
14.3.	Acidente ocorrido no âmbito doméstico.....	685
14.4.	Competência para julgar a ação indenizatória .....	686
14.5.	Análise do cabimento de indenização .....	686
14.6.	Ajustamentos na apreciação da culpa .....	687
14.7.	Fixação do valor da indenização .....	697
14.8.	Prescrição aplicável .....	698
<b>15</b>	<b>ACIDENTES OU DOENÇAS OCUPACIONAIS NO TELETRABALHO.....</b>	<b>699</b>
15.1.	Considerações iniciais.....	699
15.2.	Regulamentação legal do teletrabalho .....	700
15.3.	Deveres do empregador quanto à segurança e saúde no teletrabalho.....	702
15.4.	Caracterização do acidente ou doença ocupacional no teletrabalho .....	707
15.5.	Cabimento das indenizações acidentárias no teletrabalho.....	709
15.6.	Casuística dos acidentes em teletrabalho .....	711
<b>16</b>	<b>INDENIZAÇÕES DECORRENTES DA COVID-19 OCUPACIONAL .....</b>	<b>715</b>
16.1.	O advento da pandemia do novo coronavírus.....	715
16.2.	Caracterização da Covid-19 como doença ocupacional.....	716
16.2.1.	Repercussões do enquadramento ocupacional da Covid-19.....	716
16.2.2.	Enquadramento ocupacional após emissão regular da CAT.....	718
16.2.3.	Enquadramento ocupacional sem a emissão da CAT pelo empregador.....	719
16.3.	Enquadramento da Covid-19 pela Previdência Social.....	722
16.3.1.	Considerações iniciais.....	722
16.3.2.	A suspensão do art. 29 da MP n. 927/2020 pelo STF.....	723
16.3.3.	Como doença ocupacional .....	726
16.3.4.	Exceção da doença de natureza endêmica (pandêmica) .....	733
16.3.5.	Pela contaminação acidental .....	735
16.3.6.	Pelo Nexo Técnico Epidemiológico .....	736
16.3.7.	Pelo nexo concausal.....	738
16.3.8.	Como doença não relacionada ao trabalho.....	740
16.3.9.	Recurso administrativo ou judicial contra o enquadramento .....	741

16.4. Nexo causal nos danos da Covid-19 .....	742
16.4.1. Considerações iniciais .....	742
16.4.2. Controvérsias sobre a causalidade .....	743
16.4.3. Investigação do nexo causal .....	744
16.4.4. Presunção do nexo causal .....	755
16.4.5. Excludentes do nexo causal .....	760
16.5. Responsabilidade civil objetiva ou subjetiva pela Covid-19 .....	763
16.6. Culpa nos danos decorrentes da Covid-19 .....	768
16.7. Indenizações decorrentes da Covid-19 .....	772
16.7.1. Considerações iniciais .....	772
16.7.2. Indenizações no caso de óbito .....	772
16.7.3. Indenizações nas hipóteses de incapacidade .....	773
16.7.4. Indenizações por outros prejuízos .....	775
16.7.5. Indenizações no caso de comorbidade .....	778
16.7.6. Diretrizes para arbitramento do dano extrapatrimonial .....	779
16.7.7. Compensação financeira especial da Lei n. 14.128/2021 .....	781
16.8. Importância da prova pericial .....	787
<b>17 LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS .....</b>	<b>793</b>
17.1. Considerações iniciais .....	793
17.2. Contribuição para a Previdência Social .....	794
17.3. Correção monetária .....	794
17.4. Juros de mora .....	806
17.5. Retenção de imposto de renda na fonte .....	810
17.6. Quadro sinóptico das incidências cabíveis .....	820
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>821</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO .....</b>	<b>833</b>